



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão Estratégica

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

A Codevasf promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias hidrográficas de sua área de atuação com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação das atividades produtivas para a inclusão econômica e social. Neste contexto, a Companhia necessita de eficiente e contínuo fluxo de informações por meio da rede central de dados para auxiliar todas as atividades precípuas deste Órgão e suas tomadas de decisões. Através desta rede é estabelecida as comunicações internas e externas à Codevasf bem como com outros órgãos da Administração Pública.

Atualmente a Codevasf está dividida entre Sede, Superintendências Regionais, escritórios de apoio técnico e de representação e o centro de operações do PISF. Cada uma dessas localidades diversos empregados elaboram documentos, planilhas, apresentações entre outros artefatos para entregar as atividades inerentes a sua função.

Para tanto, é necessárias ferramentas de apoio a escritório. Dentre estas ferramentas a mais conhecida é o Microsoft Office. Diante da necessidade de atualização das versões já disponíveis no parque da Codevasf, em que atualmente existem licenças do Office 2010 e 2016, é necessário elaborar um processo para aquisição de solução para apoio de escritório que melhor se adeque as necessidades de seus usuários.

Devido a diferença de licenças, 2010 e 2016, algumas funcionalidades presentes na versão mais atual não apresentam suporte na versão mais antiga. As versões de software livre, como libre office e WPS também não apresentam estas funcionalidades. Isto prejudica o compartilhamento de documentos entre empregados e unidades da empresa. A gerência entre os diferentes tipos de software e versões também ficam comprometidos.

A fim de reduzir os custos, também foi dividida a aquisição dos Offices em Standard e Pro Plus, ficando restrito o Pro Plus apenas a empregados que necessitem da utilização do banco Access.

Neste processo também se pretende adquirir as licenças CAL, por usuário, para os servidores Windows. Tentou-se realizar esta aquisição em 2020, no processo 59500.002178/2019-15, no entanto o item que tratava desta aquisição não houve propostas abaixo do valor máximo, levando a não aquisição do item.

Alinhamento Estratégico

Projeto está em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional - PEI na perspectiva: 1. Desenvolvimento Institucional e no Tema Estratégico 1.2. Gestão; Bem como, com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI no item: 7. Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de TI e em total consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI no plano de Ação 13 Manutenção da infraestrutura de rede (software, servidores, armazenamento e comunicação) em capacidade para sustentar com qualidade as necessidades dos serviços de TI da CODEVASF.

Da adoção pelo uso do Pregão Eletrônico - SRP

A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens ou serviços comuns, conforme Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão Estratégica

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP – Sistema de Registro de Preços considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e também por haver necessidade de contratações frequentes durante a vigência da ata.

Permite Participação de Consórcios: Não - Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Critério de Julgamento: Menor valor unitário – Justifica-se pela maior economicidade e vantajosidade para a administração pública.

Sustentabilidade Ambiental: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Justificativa de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco) por cento para microempresas e empresas de pequeno porte ou Sociedade Cooperativa – Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e que não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, em atendimento a legislação vigente será permitido a cota de 25% (vinte e cinco por cento), conforme planilhas de quantidades anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Da composição de preços - cotações:

Para composição dos preços máximos estimados para os itens da licitação, foram feitas cotações junto a várias atas de registro de preços vigentes e a diversos fornecedores regionais e nacionais.

Da Fonte de Recursos: A fonte orçamentária será informada no momento da emissão da Ordem de Fornecimento ou contrato.

Permite Subcontratação: Não será aceito a subcontratação devido a impossibilidade de parcelamento do item contratado.

Participação de Empresa Estrangeira: será admitida a participação de empresas estrangeiras para aumentar a competitividade do processo licitatório, com a finalidade de diminuir os custos, uma vez que esta participação não prejudica a qualidade do fornecimento do objeto a ser contratado.

Das Permissões a Adesões (CARONA) ao SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Serão aceitas adesões (carona) para garantir os princípios da economicidade na administração pública em razão da otimização do processo de contratação.

Valor Estimado: Público, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.